



Universidade do Minho

Senado Académico

Reunião da Comissão Eleitoral
para a eleição dos representantes dos professores e investigadores, dos representantes dos estudantes e dos
representantes dos trabalhadores não docentes e não investigadores
no Senado Académico da Universidade do Minho

Ata n.º 2/2019

Aos cinco dias do mês de junho de dois mil e dezanove, pelas catorze horas, reuniu na Sala de Reuniões da Reitoria, no piso 3 do Complexo Pedagógico II, no *Campus* de Gualtar, a Comissão Eleitoral para a eleição dos representantes dos professores e investigadores, dos representantes dos estudantes e dos representantes dos trabalhadores não docentes e não investigadores no Senado Académico da Universidade do Minho, nomeada pelo Despacho RT-37/2019, de 24 de maio.

Estiveram presentes o Professor João Álvaro Brandão Soares Carvalho, que presidiu, e os vogais Teresa Margarida Moreira Freire Barbas Albuquerque, Professora Auxiliar da Escola de Psicologia, o estudante Nuno Miguel dos Santos Pereira e o trabalhador não docente e não investigador Mestre José Emílio Costa Palmeira. Justificaram a sua ausência a Mestre Aleida Lopes Vaz Carvalho e a estudante Rafaela Correia Gomes. Participou também, conforme decidido na primeira reunião, a Dra. Isabel Virgínia Fernández.

O Presidente da Comissão saudou os presentes e abordou de seguida os assuntos pretendidos para a presente reunião.

1. Aprovação da ata da reunião de 30 de maio de 2019

Depois de lida, foi aprovada, por unanimidade dos membros presentes, a ata da primeira reunião da Comissão Eleitoral de 30 de maio.

2. Apreciação de reclamações do teor dos cadernos eleitorais provisórios e decisão sobre a afixação e divulgação dos cadernos eleitorais definitivos

O Presidente da Comissão Eleitoral informou que foi rececionada unicamente uma reclamação, apresentada pela trabalhadora não docente e não investigadora Dra. Maria Fernanda Teixeira Ferreira, conforme anexo que faz parte integrante da presente ata, a qual solicita que sejam corrigidos os cadernos eleitorais conforme definido no Artigo 7.º do Regulamento Eleitoral e, ainda, a inclusão dos trabalhadores da UMinho, com contrato de bolsa (Gestão de Ciência e Tecnologia) com a Universidade, com a duração de, pelo menos, um ano.

Analisada e discutida, os membros presentes deliberaram por unanimidade atender a reclamação e proceder à correção dos cadernos eleitorais em conformidade. Os cadernos eleitorais definitivos foram, de seguida, colocados no portal eVotUM.

3. Outros assuntos

O Presidente da Comissão referiu as próximas ações que deverão ser tomadas pela Comissão, designadamente o envio de mensagens à Academia a informar da afixação dos cadernos eleitorais definitivos e do período definido para a receção das candidaturas. Propôs que fossem promovidas ações para apelar ao voto dos eleitores através do envio de mensagens eletrónicas e da utilização de redes sociais e/ou a *Blackboard*, medidas com as quais todos os membros presentes concordaram.

Foi, ainda, decidido que a próxima reunião da Comissão Eleitoral seja realizada no dia 14 de junho, às 10h00, na sala de Reuniões da Reitoria, para se proceder à verificação das listas de candidatos e à notificação de eventuais irregularidades.

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada por todos os membros da Comissão Eleitoral presentes na reunião.

O Presidente da Comissão Eleitoral




João Álvaro Brandão Soares Carvalho

Os vogais



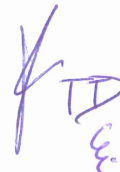
Teresa Margarida Moreira Freire Barbas Albuquerque



Nuno Miguel dos Santos Pereira



José Emílio Costa Palmeira



Reclamação da trabalhadora não docente e não investigadora Dra. Maria Fernanda Teixeira Ferreira, recebida via email, no dia 04/06/2019, às 15h47.

From: Maria Fernanda Teixeira Ferreira

Sent: 4 de junho de 2019 15:47

To: Senado Académico <senado@reitoria.uminho.pt>

Cc: João Álvaro Brandão Soares Carvalho <jac@dsi.uminho.pt>

Subject: RE: Comissão Eleitoral | Publicação dos Cadernos Eleitorais para a eleição dos Representantes dos Professores e Investigadores, dos Representantes dos Estudantes e dos Representantes dos Trabalhadores não docentes e não investigadores no Senado Académico

Exmo Senhor Presidente da Comissão Eleitoral
Professor João Álvaro Carvalho

Maria Fernanda Teixeira Ferreira, trabalhadora não docente do mapa de pessoal da Universidade do Minho (nº 261), **vem apresentar Reclamação dos Cadernos Eleitorais**, nos termos previstos no nº 4 do artigo 7.º, do Regulamento Eleitoral para Eleição dos Membros do Senado Académico, anexo ao despacho RT – 17/2019, de 12 de fevereiro, do qual faz parte integrante.

A Reclamação foi também já submetida na plataforma plataforma de voto eletrónico.

Com os melhores cumprimentos
Maria Fernanda Ferreira

Anexo à mensagem da trabalhadora:

“Maria Fernanda Teixeira Ferreira, trabalhadora não docente do mapa de pessoal da Universidade do Minho (nº 261), **vem apresentar Reclamação dos Cadernos Eleitorais**, nos termos previstos no nº 4 do artigo 7.º, do Regulamento Eleitoral para Eleição dos Membros do Senado Académico, anexo ao despacho RT – 17/2019, de 12 de fevereiro, do qual faz parte integrante.

Com os seguintes fundamentos,

1 –Nos Cadernos Eleitorais para a eleição dos representantes do pessoal não docente, **não estão inscritos**, ou seja, **foram omitidos**, os trabalhadores da UMinho, com contrato de bolsa (Gestão de Ciência e Tecnologia) com a Universidade, com a duração de, pelo menos, um ano.

No entanto, estes trabalhadores têm vindo a desempenhar funções com carácter continuado, assegurando necessidades permanentes do serviço – alguns há vários anos - e foram devidamente inscritos nos Cadernos Eleitorais para o **Conselho Geral**, sendo-lhes reconhecida capacidade eleitoral ativa e passiva (cf. Ata nº 002/2017, de 13 de fevereiro, da Comissão Eleitoral, página 3, universalmente difundida).

Não se entendendo como podem ser considerados inelegíveis para a eleição do Senado Académico, o que a manter-se configuraria um retrocesso inaceitável no reconhecimento de um direito que tem emanação constitucional.

Além do mais, está já iminente a integração destes trabalhadores no mapa de pessoal da Universidade, e a Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro (“Estabelece o programa de regularização extraordinária dos vínculos precários”), determina, no seu artigo 13º, que após a integração e o posicionamento remuneratório na base da carreira respetiva, para efeitos de reconstituição da carreira, o tempo de exercício de funções na situação que deu origem à regularização extraordinária releva para o desenvolvimento da carreira, designadamente para efeito de alteração do

posicionamento remuneratório, com ponderação de um critério de suprimento da ausência de avaliação de desempenho em relação aos anos abrangidos, a qual produz efeitos a partir do momento de integração na carreira(nº 1); e para efeitos de alteração de posicionamento remuneratório, na ausência de avaliação de desempenho, deve ser observado o disposto no artigo 43.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, alterada pelas Leis n.os (...), com as necessárias adaptações (nº 2); acresce que “o tempo de exercício de funções na situação que deu origem ao processo de regularização extraordinária releva para efeitos de carreira contributiva, na medida dos descontos efetuados” (nº3).

1.1 – Em face do exposto, nos Cadernos Eleitorais em causa devem ser inscritos tais trabalhadores.

2 – Por outro lado, de acordo com as disposições conjugadas dos números 3 do artigo 6.º e alínea c) do nº 2 do artigo 7.º do referidos Regulamento, dos Cadernos Eleitorais para a eleição dos representantes dos trabalhadores não docentes e não investigadores devem constar todos os trabalhadores com contrato de duração não inferior a um ano, independentemente do seu regime contratual, que integrem a UMinho à data do despacho reitoral, indicando-se os seus nomes completos, por ordem alfabética, e ainda “a categoria profissional e o n.º mecanográfico”. As mesmas especificações - categoria profissional e o n.º mecanográfico - devem constar dos Cadernos Eleitorais dos professores e investigadores (além da unidade orgânica a que pertencem; devendo ainda ser detentores do grau de doutor, em regime de tempo integral, com contrato de duração não inferior a um ano).

Porém, enquanto que nestes últimos aquelas especificações foram respeitadas, já o mesmo não acontece nos Cadernos dos trabalhadores não docentes.

Assim, na coluna respeitante à categoria, pode ver-se um número considerável de trabalhadores **sem essa indicação (categoria ou carreira)**, antes referenciado a um “cargo” ou a função que estarão transitoriamente a desempenhar (?) – veja-se a título exemplificativo: Jorge Manuel Monteiro Osório Figueiredo - **Encarregado de Proteção de Dados**; Filipa Filomena Passos Palmeira - **Secretariado Pessoal**; Olga Maria Vieira Matos Soares Ferreira- **Secretariado Pessoal**; Guilhermina Maria Neto Saraiva Bonjardim- **Secretariado Pessoal**...

Ora, as carreiras de direito privado dos trabalhadores do mapa de pessoal da Universidade do Minho são as seguintes: assessor, consultor, auditor; técnico superior; especialista de informática; técnico de informática; assistente técnico; assistente operacional. Delas não constando a de “Encarregado de Proteção de Dados”; ou Secretariado Pessoal; ou outras que estão inscritas nos Cadernos Eleitorais....

E as do mapa de pessoal em funções públicas as que se podem consultar em DGAEP/
Carreiras:<https://www.dgaep.gov.pt/index.cfm?OBJID=A4A8DA07-CE7D-4CE4-BBF9-EBDA380FCCCC>.

Transpondo este exercício para os Cadernos Eleitorais dos professores e investigadores seria o mesmo que inscrever, junto ao nome – João Luís Marques Pereira Monteiro, “categoria”, “Presidente de Escola”; ou Leandro da Silva Almeida: “Presidente de Instituto”; ou Rui Vieira de Casto – “Reitor”.

Ou ainda João Álvaro Carvalho- Diretor de Departamento; e em outros, Diretor de Centro de Investigação”, Diretor de Curso”, “Responsável de Linha de Investigação”, e aí por adiante

Como é patente, nos Cadernos Eleitorais dos professores e investigadores aqueles nomes aparecem devidamente referenciados com a categoria de professores catedráticos.

Ou seja, aqui foi respeitado o disposto no Regulamento Eleitoral.

Todavia, nos Cadernos Eleitorais dos trabalhadores não docentes foram preteridas as regras estabelecidas no Regulamento Eleitoral, e, por essa via, o eleitor **Carlos Alberto Silva Menezes** aparece como integrando o **corpo de pessoal não docente**, quando, na verdade, se trata de um professor, com a categoria de **auxiliar**, do Departamento de Gestão, da Escola de Economia e Gestão (ver : <https://intranet.uminho.pt/pages/contactos.aspx?t=Carlos%20Alberto%20Silva%20Menezes>) e ainda: <https://www.eeg.uminho.pt/pt/Paginas/contactos.aspx>.

De igual modo, o eleitor **António Maria Vieira Paisana**, é professor, com a categoria de **Associado**, do Departamento de Produção e Sistemas, da Escola de Engenharia.

(cfr: Diário da República n.º 10/2018, Série II de 2018-01-15 (Despacho n.º 678/2018 (..) o Reitor, considerando a experiência e o perfil profissional evidenciados pelo currículo anexo ao presente despacho, nomeia Administrador dos Serviços de Ação Social da Universidade do Minho o **Doutor António Maria Vieira Paisana, Professor Associado do Departamento de Produção e Sistemas da Escola de Engenharia** desta Universidade.) <https://dre.pt/home/-/dre/114521080/details/4/maximized?serie=II&dreId=114493809>

2.1 Em consequência, devem os Cadernos Eleitorais ser corrigidos, conformando-se com o disposto no Regulamento Eleitoral.

Pede deferimento,

Maria Fernanda Ferreira”.
